

ASSOCIAÇÃO DE PATINAGEM DO PORTO



REGULAMENTO GERAL

*** 2010 ***

ÍNDICE

PARTE I (ENQUADRAMENTO NORMATIVO E DISPOSIÇÕES GERAIS)	5
CAPÍTULO I (DO ENQUADRAMENTO NORMATIVO)	5
ARTIGO 1º (Regulamento geral – enquadramento normativo)	5
ARTIGO 2º (Normas e procedimentos complementares – regulamentos específicos)	5
ARTIGO 3º (Prevalência das normas)	5
ARTIGO 4º (Designação utilizadas neste regulamento)	6
CAPÍTULO II (DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL)	6
ARTIGO 5º (Enquadramento normativo)	6
ARTIGO 6º (Perda de votos dos membros)	6
ARTIGO 7º (Reserva das matérias das reuniões)	6
ARTIGO 8º (Designação e identificação dos delegados)	6
ARTIGO 9º (Procedimentos da Mesa)	7
ARTIGO 10º (Pareceres e emendas a propostas)	7
ARTIGO 11º (Votações por escrutínio secreto)	8
ARTIGO 12º (Anulabilidade das deliberações)	8
CAPÍTULO III (DO PROCESSO ELEITORAL DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA APP)	8
ARTIGO 13º (Enquadramento normativo)	8
ARTIGO 14º (Eleições e processo eleitoral)	8
ARTIGO 15º (Boletim de voto)	9
ARTIGO 16º (Assembleia eleitoral e procedimentos)	10
ARTIGO 17º (Posse dos titulares dos órgãos eleitos)	11
CAPÍTULO IV (DOS GALARDÕES E TROFÉUS DA APP)	11
ARTIGO 18º (Galardões - espécies)	11
ARTIGO 19º (Medalha de honra – requisitos de atribuição)	11
ARTIGO 20º (Medalha de bons serviços – requisitos de atribuição)	11
ARTIGO 21º (Medalha de dedicação – requisitos de atribuição)	11
ARTIGO 22º (Troféus – espécies e categorias)	11
ARTIGO 23º (Troféus – processo de atribuição)	12
CAPÍTULO V (DA JUSTIFICAÇÃO DOS ACTOS E RECURSOS)	12
ARTIGO 24º (Justificação dos atos – enquadramento normativo)	12
ARTIGO 25º (Recursos – enquadramento normativo)	12
ARTIGO 26º (Vinculação ao princípio da irrecorribilidade externa)	13
ARTIGO 27º (Penalização das violações ao princípio da irrecorribilidade externa)	13
PARTE II (ESTRUTURA ORGÂNICA E FUNCIONAL)	14
CAPÍTULO VI (MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL)	14
ARTIGO 28º (Definição, composição e cargos)	14
ARTIGO 29º (Presidente – competências e funções)	14
ARTIGO 30º (Vice-presidente – competências e funções)	14
ARTIGO 31º (Secretário – competências e funções)	14
CAPÍTULO VII (DIRECÇÃO)	15
ARTIGO 32º (Presidente)	15
ARTIGO 33º (Direção)	15
ARTIGO 34º (Presidente – competências e funções)	15
ARTIGO 35º (Presidente-adjunto – competências e funções)	16
ARTIGO 36º (Direção - composição)	16
ARTIGO 37º (Serviços financeiros e contabilidade)	16
ARTIGO 38º (Serviços administrativos)	17
ARTIGO 39º (Instalações e equipamento desportivo)	18

ARTIGO 40º (Disciplinas de patinagem)	18
ARTIGO 41º (Serviços desportivos)	19
CAPÍTULO VIII (CONSELHO DE ARBITRAGEM)	19
ARTIGO 42º (Definição, composição e cargos)	19
ARTIGO 43º (Presidente – competências e funções)	20
ARTIGO 44º (Presidente-adjunto – competências e funções)	21
ARTIGO 45º (Vice-presidente – competências e funções)	21
ARTIGO 46º (Diretores – competências e funções)	21
CAPÍTULO IX (DA ESTRUTURA DO CONSELHO FISCAL)	22
ARTIGO 47º (Definição e enquadramento funcional)	22
CAPÍTULO X (DA ESTRUTURA FUNCIONAL DO CONSELHO DE JUSTIÇA)	23
ARTIGO 48º (Definição, composição e cargos exercidos)	23
ARTIGO 49º (Presidente – competências e funções)	23
ARTIGO 50º (Vice-presidente – competências e funções)	24
ARTIGO 51º (Secretário – competências e funções)	24
CAPÍTULO XI (DA ESTRUTURA FUNCIONAL DO CONSELHO TÉCNICO)	24
ARTIGO 52º (Definição, composição e cargos exercidos)	24
ARTIGO 53º (Presidente – competências e funções)	25
ARTIGO 54º (Vice-presidente – competências e funções)	25
ARTIGO 55º (Secretário – competências e funções)	25
CAPÍTULO XII (DO ENQUADRAMENTO FUNCIONAL DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS)	26
ARTIGO 56º (Definição e enquadramento)	26
CAPÍTULO XIII (DO ENQUADRAMENTO FUNCIONAL DA DIRECÇÃO TÉCNICA DA APP)	26
ARTIGO 57º (Definição e enquadramento)	26
ARTIGO 58º (Diretor Técnico – competências e funções)	27
CAPÍTULO XIV (DA DEFINIÇÃO DOS COMITÉS TÉCNICOS DESPORTIVOS)	28
ARTIGO 59º (Enquadramento)	28
ARTIGO 60º (Comité Técnico-desportivo de hóquei em patins e hóquei em linha – Composição, atribuições e competências)	28
ARTIGO 61º (Comité Técnico-desportivo da patinagem artística – Composição, atribuições e competências)	29
ARTIGO 62º (Reservado para a Patinagem de velocidade – Se e quando iniciar a atividade)	30
CAPÍTULO XV (DA DEFINIÇÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS DE ARBITRAGEM E AJUIZAMENTO)	30
ARTIGO 63º (Enquadramento)	30
ARTIGO 64º (Comissão Técnica de arbitragem de hóquei em patins e hóquei em linha – Composição, atribuições e competências)	30
ARTIGO 65º (Comissão Técnica de ajuizamento da patinagem artística – Composição, atribuições e competências)	31
ARTIGO 66º (Reservado para a Patinagem de velocidade – Se e quando iniciar a atividade)	32
PARTE III (ESTRUTURA ASSOCIATIVA)	32
CAPÍTULO XVI (DOS MEMBROS DA APP)	32
ARTIGO 67º (Enquadramento normativo)	32
ARTIGO 68º (Obrigações e procedimentos vinculativos)	32
ARTIGO 69º (Incumprimento de obrigações ou de procedimentos vinculativos)	33
ARTIGO 70º (Suspensão de direitos)	33
CAPÍTULO XVII (DOS CLUBES)	33
ARTIGO 71º (Enquadramento normativo)	33
ARTIGO 72º (Sujeição ao poder disciplinar)	33

ARTIGO 73º (Filiação e quota anual de filiação)	34
PARTE IV (DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS)	35
ARTIGO 74º (Casos omissos neste e demais regulamentos da APP)	35
ARTIGO 75º (Disposições transitórias e entrada em vigor)	35

PARTE I

ENQUADRAMENTO NORMATIVO E DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

DO ENQUADRAMENTO NORMATIVO

ARTIGO 1º

(Regulamento geral – enquadramento normativo)

Nos termos consignados nos Estatutos, o Regulamento Geral da APP – Associação de Patinagem do Porto define, nomeadamente:

1. O enquadramento normativo a considerar, explicitando o regimento da Assembleia-geral e o processo eleitoral dos órgãos sociais, bem como as normas e procedimentos relativos à atribuição de galardões, prémios e troféus da patinagem e à justificação dos atos e recursos.
2. A estrutura orgânica e funcional da APP, definindo e estabelecendo:
 - a) A composição específica e particular de cada um dos seus órgãos sociais e as competências atribuídas aos respetivos titulares;
 - b) A organização dos serviços administrativos e das estruturas de apoio técnico, bem como a sua articulação funcional com os órgãos sociais;
3. A estrutura associativa da patinagem, explicando as normas, regras e procedimentos respeitantes ao relacionamento desportivo e financeiro da APP com os clubes e sociedades desportivas filiados e com a Federação.
4. A organização desportiva e a regulamentação geral das provas e competições da patinagem por si organizadas, bem como o enquadramento normativo da ação disciplinar a exercer no decorrer dessas provas e competições, explanando as sanções e ou penalidades específicas a serem consideradas, designadamente nos casos de infração da ética desportiva.

ARTIGO 2º

(Normas e procedimentos complementares – regulamentos específicos)

1. Nos termos da Lei e dos Estatutos são estabelecidos os regulamentos próprios que, *em complemento das normas, procedimentos e princípios gerais definidos nos Estatutos e neste Regulamento Geral*, se constituem nos instrumentos específicos pelos quais se rege a APP, designadamente
 - a) O regulamento da *atividade desportiva*;
 - b) O regulamento das *seleções distritais*;
 - c) O regulamento *eleitoral*;
 - d) O regulamento de *justiça e disciplina*.
2. A APP defende e adota, como instrumento moralizador da prática desportiva, os regulamentos de ética desportiva e controlo *antidoping* aprovados pela Federação.

ARTIGO 3º

(Prevalência das normas)

1. As normas estatutárias da APP prevalecem sobre todas as demais.
2. As normas do presente Regulamento prevalecem sobre as dos demais regulamentos, quando se verificar qualquer sobreposição ou incompatibilidade entre as mesmas.

ARTIGO 4º

(Designações utilizadas neste regulamento)

Visando simplificar a redação e leitura das disposições deste regulamento algumas das designações usadas mais frequentemente foram simplificadas, designadamente as seguintes:

1. A Federação de Patinagem de Portugal, por “FPP” ou por “federação”.
2. A Associação de Patinagem do Porto, por APP ou por “associação”.
3. Os Clubes e Sociedades Desportivas, por “clubes”
4. Os atletas/patinadores, por “atletas”.

CAPÍTULO II

DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 5º

(Enquadramento normativo)

O disposto nos artigos 49º a 61º dos Estatutos constitui a base do enquadramento normativo da assembleia-geral da APP, designadamente quanto à sua composição, formas de representação, atribuições e competências, repartição de votos, deliberações, reuniões, convocatórias, *quorum* e atas das reuniões.

ARTIGO 6º

(Perda de votos dos membros)

1. Os membros da APP que se encontrem suspensos dos seus direitos não têm direito a voto nas reuniões da assembleia-geral.
2. Consideram-se em atividade oficial numa disciplina da patinagem os membros que estejam regularmente filiados na APP e mantenham uma participação efetiva nas diversas competições associativas.

ARTIGO 7º

(Reserva das matérias das reuniões)

1. A discussão das matérias que motivaram a convocação e reunião da assembleia-geral não pode ser preterida pela análise e discussão de outros assuntos.
2. Atento o consignado no artigo 60, nº 8 dos Estatutos só podem ser objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem de trabalhos da assembleia-geral, salvo se estiverem presentes todos os membros ordinários e estes aceitem discutir e votar tais matérias.

ARTIGO 8º

(Designação e identificação dos delegados)

1. Os delegados dos membros ordinários às assembleias-gerais da APP são designados de acordo com o estipulado no Regulamento Eleitoral.
2. Para que a designação seja válida há que respeitar o cumprimento dos prazos estabelecidos no Regulamento Eleitoral.
3. Cada delegado tem direito a um voto.
4. Apenas os delegados presentes têm direito a voto.
5. Cada delegado, cuja idade não pode ser inferior a 18 (dezoito) anos, apenas pode representar um clube.

ARTIGO 9º

(Procedimentos da Mesa)

Nas reuniões da assembleia-geral, depois de declarada aberta a sessão, o Presidente dirigirá os trabalhos pela seguinte ordem:

1. Verificação da conformidade das credenciais apresentadas pelos delegados.
2. Verificação do *quorum* estatutário.
3. Leitura do expediente.
4. Leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior, podendo ser dispensadas as duas primeiras formalidades por decisão da maioria dos delegados presentes.
5. Leitura da ordem de trabalhos da reunião dando início, pela ordem que constarem da respetiva convocatória, à discussão e votação de cada um dos pontos em agenda, começando por apresentar, quando for esse o caso, os relatórios e pareceres dos órgãos sociais da APP relativamente às propostas correspondentes ao ponto da ordem de trabalhos que estiver em discussão.
6. Depois de discutidos e votados todos os pontos da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia-geral poderá conceder um período adicional, de duração a determinar pelo mesmo em função das inscrições previamente efetuadas, para o esclarecimento e análise de quaisquer assuntos de interesse para a modalidade, assuntos esses que, no entanto, não podem ser objeto de deliberação por parte da assembleia-geral.

ARTIGO 10º

(Pareceres e emendas a propostas)

1. Atento o disposto no artigo 78º, b) dos Estatutos é exigido o parecer prévio do Conselho de Justiça relativamente às propostas de aprovação ou alteração dos Estatutos da APP.
2. Atento o disposto no artigo 71º, nº 1, a) dos Estatutos é exigido o parecer prévio do Conselho Fiscal relativamente às propostas da Direção para aprovação do Orçamento, do Balanço e demais documentos de Prestação de Contas.
3. No decorrer da própria assembleia-geral podem ser apresentadas novas propostas com alterações, emendas, aditamento ou eliminação de quaisquer das propostas relativas à ordem de trabalhos estabelecida para a reunião, mesmo que as referidas novas propostas envolvam uma substancial modificação de orientação, desde que sejam cumpridas as seguintes condições:
 - a) A admissão das novas propostas para análise e discussão pela assembleia-geral seja aprovada pela maioria dos votos dos delegados com direito a voto presentes na reunião;
 - b) A apresentação e eventual aprovação das novas propostas fica subordinada às regras consignadas nos pontos 1. e 2. deste artigo, exceto se as emendas ou alterações em questão versarem meras correções, sem modificação da orientação das propostas da ordem de trabalhos estabelecida para a reunião.

ARTIGO 11º

(Votações por escrutínio secreto)

1. Quando for efetuada uma votação por escrutínio secreto são apenas utilizadas as listas de papel igual e sem quaisquer marcas nem sinais exteriores, listas estas fornecidas pela APP.
2. Depois de dobrados em quatro, os boletins de voto são introduzidos na urna existente.
3. No caso das eleições para os Órgãos Sociais, o boletim de voto obedece ao disposto no artigo 15º deste Regulamento.

ARTIGO 12º

(Anulabilidade das deliberações)

1. Nos termos legais são anuláveis as deliberações da assembleia-geral que sejam contrárias à Lei, aos Estatutos e Regulamentos da APP ou em que se verifiquem irregularidades na convocação dos membros ou no funcionamento da assembleia.
2. A anulabilidade pode ser requerida, perante o tribunal competente no prazo máximo de sessenta dias contados a partir da data de realização da assembleia-geral, por iniciativa da Direção da APP ou por iniciativa de qualquer um dos seus membros ordinários com capacidade de voto e que, estando representado na reunião tenha votado contra a deliberação em questão.
 - a) A anulabilidade pode igualmente ser requerida por iniciativa de qualquer dos membros ordinários da APP com capacidade de voto e que não tenha sido convocado regularmente para a reunião da assembleia-geral, situação em que o prazo referido no ponto 2. Deste artigo é contado a partir da data em que esse membro teve conhecimento da deliberação.
 - b) A anulação das deliberações da assembleia-geral não pode prejudicar os direitos que quaisquer terceiros possam ter, de boa fé, adquirido em consequência da execução das deliberações que, eventualmente, venham a ser anuladas.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO ELEITORAL DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA APP

ARTIGO 13º

(Enquadramento normativo)

O enquadramento normativo do processo eleitoral dos Órgãos Sociais da APP encontra-se consignado nos artigos 33º e 49º a 61º dos Estatutos, onde se explicita:

1. A definição dos Órgãos Sociais da APP e o sistema eleitoral que lhes corresponde.
2. Os regimentos internos de funcionamento, as reuniões e respetivas atas.

ARTIGO 14º

(Eleições e processo eleitoral)

1. O processo eleitoral inicia-se com a convocação da assembleia-geral para a realização da eleição dos Órgãos Sociais da APP, só podendo ser aceites, para apreciação da sua regularidade pelo Presidente da Mesa da Assembleia-geral, as listas, conforme os casos, únicas ou próprias, de candidaturas que

sejam enviadas ou entregues nos serviços da APP com uma antecedência de, pelo menos, quinze dias em relação à data desse ato.

2. Qualquer uma das listas, únicas ou próprias, que se submetam à eleição dos Órgãos Sociais têm de ser subscritas por um (ou mais) dos membros ordinários da APP no pleno gozo dos seus direitos estatutários, dela tendo de constar:

a) A relação completa dos candidatos a eleger com a sua identificação, nome completo, número de contribuinte, número do bilhete de identidade e residencial habitual, e a indicação dos respetivos cargos e do órgão social para que estão indigitados;

b) A declaração individual de cada candidato aceitando a sua inclusão na lista em apreço e a sua nomeação para o cargo e órgão social para que está indigitado.

3. Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral decidir sobre a aceitação ou recusa das listas de candidatura que lhe forem apresentadas, tendo em atenção o seguinte:

a) Não pode ser submetida a sufrágio qualquer lista candidata que contenha ou enferme de qualquer uma das seguintes irregularidades:

i) Apresente qualquer candidato que não cumpra os requisitos de elegibilidade consagrados no artigo 36º dos Estatutos da APP e ou que se encontre numa das situações de incompatibilidade consignadas no artigo 38º dos mesmos Estatutos;

ii) Tenha sido entregue fora do prazo estipulado no ponto i) deste artigo ou que revele a introdução de alterações e ou existência de rasuras;

iii) Não cumpra qualquer uma das condições definidas no ponto ii) deste artigo ou que contenha um ou mais candidatos que, em cargos iguais ou distintos, se apresentem à eleição em questão em mais do que uma lista candidata.

b) No caso de haver dúvidas sobre a regularidade de uma lista candidata, em particular sobre eventual incompatibilidade de um ou mais candidatos, o Presidente da Mesa da Assembleia-geral pode exigir aos membros proponentes que, no prazo máximo de 1 (um) dia útil, façam prova da inexistência de qualquer irregularidade, sob pena da referida lista não ser submetida a sufrágio.

4. A cada uma das listas que por si sejam admitidas a sufrágio, o Presidente da Mesa da Assembleia-geral atribui uma letra para a designar, “A”, “B”, “C” e assim sucessivamente, em função da data e hora da sua entrada nos serviços da APP.

5. O Presidente da Mesa da Assembleia-geral procede, com uma antecedência de, pelo menos, cinco dias úteis, em relação à data da realização da eleição, à divulgação pelos membros da APP com direito a voto de todas as listas concorrentes, indicando qual a sua designação através da letra que lhe tiver sido atribuída.

ARTIGO 15º

(Boletim de voto)

1. Os boletins de voto para a eleição dos órgãos sociais da APP, por escrutínio direto e secreto, são impressos em papel igual fornecido pela APP, sem quaisquer marcas ou sinais exteriores, deles devendo constar:

a) A designação do órgão a que se refere a eleição e a designação de cada uma das listas candidatas, através da letra que lhe tiver sido atribuída, conforme o definido no ponto 4) do artigo anterior deste Regulamento.

b) Na parte final da designação e da identificação referidas no ponto anterior será impressa uma quadrícula para, se essa for a opção dos membros, permitir que o voto na lista em questão seja efetuado com a aposição de uma cruz (x).

ARTIGO 16º

(Assembleia eleitoral e procedimentos)

1. O Presidente da Mesa da Assembleia-geral inicia os trabalhos da reunião eleitoral, concedendo a palavra a cada um dos candidatos dos órgãos sociais da APP que encabeçam as listas a submeter a sufrágio para que estes efetuem a apresentação da sua candidatura, pelo período máximo de dez minutos.

a) Finda a apresentação de cada uma das listas candidatas, em que não são admitidas interpelações ou a sua discussão, o Presidente da Mesa da Assembleia-geral dá início ao processo de votação, começando por proceder:

b) À nomeação dos escrutinadores (um dos membros da Mesa da Assembleia-geral e um representante de cada uma das listas candidatas;

c) À distribuição dos boletins de voto pelos membros com direito a voto representados na reunião.

d) Seguidamente, o Presidente da Mesa da Assembleia-geral inicia o processo de votação propriamente dito, com a abertura e fecho das urnas destinadas ao ato eleitoral, chamando depois o delegado de cada um dos membros com direito a voto representados na reunião, para que este introduza os seus boletins de voto nas referidas urnas.

2. Depois de todos os delegados de cada um dos membros com direito a voto terem votado, os escrutinadores procedem à contagem dos votos depositados, assinando a respetiva folha de registo dos resultados finais apurados, mencionando os votos obtidos por cada lista concorrente, as abstenções e os votos nulos, que entregam ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral.

a) Os boletins de voto em branco, boletins em que não foi assinalada qualquer intenção de voto na respetiva quadrícula, nem apresentem anotações, sinais ou rasuras, são considerados como abstenções.

b) Os boletins de voto que apresentem anotações, sinais ou rasuras, contendo ou não uma cruz (x) na quadrícula correspondente à intenção de voto, são considerados votos nulos.

3. O processo eleitoral termina com o anúncio, a efetuar pelo Presidente da Mesa da Assembleia-geral, dos resultados finais apurados pelos escrutinadores, proclamando eleita, se for caso disso, as listas vencedoras de acordo com o estipulado no artigo 33º, nº 5) dos Estatutos.

4. Se no primeiro escrutínio realizado a votação para a Mesa da Assembleia-geral, Presidente e Direção nenhuma das listas a sufrágio obtiver a maioria legalmente exigida, procede-se a uma nova votação entre as duas listas mais votadas, a qual se realiza trinta minutos após o primeiro anúncio dos resultados, considerando-se eleita a que obtiver a maioria dos votos expressos.

ARTIGO 17º

(Posse dos titulares dos órgãos eleitos)

1. Conforme o consignado no artigo 39º dos Estatutos, a posse dos titulares dos órgãos eleitos pode realizar-se logo a seguir à divulgação oficial dos resultados do ato eleitoral ou nos primeiros quinze dias após a data da realização das eleições.
2. O Presidente da Mesa da Assembleia-geral cessante confere posse ao novo Presidente deste órgão que tenha sido eleito, sendo este quem, logo de seguida, confere posse aos restantes elementos eleitos para os diferentes cargos dos órgãos sociais, pela mesma ordem com que os mesmos aparecem designados nas listas que venceram as eleições.

CAPÍTULO IV DOS GALARDÕES E TROFÉUS DA APP

ARTIGO 18º

(Galardões – espécies)

É da competência da Direção da APP a atribuição das seguintes espécies de galardões e troféus:

1. Medalha de honra
2. Medalha de bons serviços
3. Medalha de dedicação
4. Troféus

ARTIGO 19º

(Medalha de honra – requisitos de atribuição)

A medalha de honra é atribuída pela Direção da APP às pessoas singulares ou coletivas, em homenagem a feitos de grande honra, valor distinção e dignidade, em ações de carácter continuado ou de relevo excecional em prol da patinagem, da APP ou do desporto.

ARTIGO 20º

(Medalha de bons serviços – requisitos de atribuição)

A medalha de bons serviços é atribuída pela Direção da APP às pessoas singulares ou coletivas que, pelo seu valor e relevância da atividade desenvolvida, se tenham mostrado merecedoras desta distinção.

ARTIGO 21º

(Medalha de dedicação – requisitos de atribuição)

A medalha de dedicação é atribuída pela Direção da APP a dirigentes, árbitros, técnicos e atletas que, pelo seu valor e ação em prol da patinagem, se tenham mostrado merecedoras desta distinção.

ARTIGO 22º

(Troféus – espécies e categorias)

1. Através da atribuição de troféus de modelo próprio, a APP premeia anualmente as pessoas ou entidades que, em diversas áreas de intervenção, se distingam pelo desempenho, dedicação e promoção de qualquer das disciplinas da patinagem.

2. A cada disciplina da patinagem corresponde uma espécie de modelo específico de troféu, atribuído a diferentes categorias, de acordo com o Regulamento próprio.

ARTIGO 23º

(Troféus – processo de atribuição)

Sem prejuízo do que sobre o processo de atribuição de troféus o Regulamento próprio estabelece e da atribuição concedida à Assembleia-geral no artigo 53º, m) dos Estatutos, compete exclusivamente à Direção da APP a marcação das datas e a organização de todo o processo de nomeação, votação, eleição e entrega dos troféus.

CAPÍTULO V

DA JUSTIFICAÇÃO DOS ACTOS E RECURSOS

ARTIGO 24º

(Justificação dos atos – enquadramento normativo)

1. A justificação dos atos dos órgãos sociais da APP só é devida à Assembleia-geral e sempre subordinada à lei.
2. Os diferentes órgãos, serviços e estruturas técnicas que integram a estrutura associativa, bem como os respetivos titulares, devem também a justificação dos seus atos aos órgãos sociais que integram ou de que dependem.

ARTIGO 25º

(Recursos – enquadramento normativo)

1. Dos atos praticados pelos órgãos sociais da APP no exercício de poderes públicos cabe recurso contencioso para os tribunais administrativos, sendo irrecorríveis, fora da ordem e da organização associativa, todas as suas deliberações e resoluções em matéria estritamente desportiva.
2. Das decisões e deliberações dos comités técnicos desportivos das disciplinas cabe recurso, em primeira instância, para a Direção da APP.
3. Das decisões e deliberações do Presidente, da Direção, do Conselho Técnico, do Conselho de Arbitragem cabe recurso para o Conselho de Justiça
4. Dos acórdãos que forem produzidos pelo Conselho de Justiça cabe recurso para o Conselho de Justiça da FPP.
5. Podem ser objeto de recurso contencioso para os tribunais administrativos as deliberações da Assembleia-geral da APP que digam respeito às seguintes matérias:
 - a) Apreciação da legalidade formal dos atos e da eventual anulabilidade das deliberações a que se refere o artigo 12º deste Regulamento;
 - b) Apreciação de questões que não envolvam as matérias relacionadas com:
 - i) A natureza desportiva, técnica ou disciplinar;
 - ii) A própria organização associativa, bem como a regulamentação das provas e competições.
6. Compete à Assembleia-geral da APP deliberar, em última instância e em definitivo, sobre qualquer assunto ou matéria de natureza estritamente desportiva, deliberações essas que, excetuando o disposto no artigo anterior deste Regulamento, não pode ser objeto de recurso, impugnação ou de ação judicial de qualquer espécie.

7. A apresentação e admissibilidade de quaisquer recursos, incluindo os protestos e reclamações, não têm efeito suspensivo sobre as decisões ou deliberações recorridas.

ARTIGO 26º

(Vinculação ao princípio da irrecorribilidade externa)

1. Com a sua filiação, inscrição, aceitação de cargos ou participação em atividades da APP e dos seus órgãos, ficam expressamente vinculados ao cumprimento dos princípios definidos no artigo anterior, as seguintes entidades e agentes desportivos:

- a) Os Clubes e os titulares dos seus órgãos sociais, bem como os seus dirigentes, delegados, representantes ou colaboradores;
- b) Os membros da APP e os titulares dos seus órgãos, bem como os respetivos colaboradores;
- c) Os membros honorários e de mérito;
- d) Os titulares de órgãos e estruturas técnicas de apoio, bem como os respetivos colaboradores;
- e) Os árbitros, juizes, calculadores, cronometristas e delegados técnicos da arbitragem distrital, no caso de se implementar a nível local as delegacias técnicas;
- f) Os atletas, treinadores e seus adjuntos, preparadores físicos, médicos, massagistas, fisioterapeutas, mecânicos, ecónomos e, genericamente, todos os outros agentes desportivos reconhecidos pela APP.

2. Qualquer das referidas entidades e agentes desportivos só podem promover a apresentação de recursos, reclamações, impugnações ou quaisquer outras ações, seja contra a APP, seja contra os titulares dos respetivos órgãos sociais, desde que as mesmas tenham por objeto matéria fora da ordem e da organização desportiva da patinagem.

ARTIGO 27º

(Penalização das violações ao princípio da irrecorribilidade externa)

1. A infração ao disposto no artigo anterior deste Regulamento sujeita a entidade ou agente desportivo que a cometa, por si próprio ou em representação de quem o faça ou tenha agido, à imediata suspensão de toda a atividade desportiva.

2. A medida da suspensão referida no número anterior implica para o infrator a inibição absoluta de participação em qualquer atividade da patinagem, tanto em termos desportivos como de qualquer outra natureza.

3. A medida de suspensão é, em função da instituição ou pessoa visada, da competência da Direção da APP, no exercício da ação disciplinar cometida pelo artigo 67º, nº 2 dos Estatutos.

PARTE II ESTRUTURA ORGÂNICA E FUNCIONAL

CAPÍTULO VI MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

ARTIGO 28º

(Definição, composição e cargos)

1. A Mesa da Assembleia-geral dirige e orienta os trabalhos das assembleias da APP.
2. É constituída pelos seguintes três membros:
 - a) Presidente;
 - b) Vice-presidente;
 - c) Secretário

ARTIGO 29º

(Presidente - competências e funções)

Ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral compete o exercício das seguintes funções:

1. Representar a assembleia-geral e convocar as suas reuniões.
2. Dar posse aos demais titulares dos órgãos sociais da APP.
3. Assinar os termos de abertura e de encerramento e rubricar a totalidade das folhas dos livros de atas dos órgãos sociais.
4. Abrir, suspender e encerrar reuniões.
5. Dirigir os trabalhos da assembleia-geral em conformidade com a lei e as disposições estatutárias e regulamentares, de forma a garantir a normalidade e a boa ordem do seu funcionamento, intervindo sempre que o considerar necessário, no sentido de:
 - a) Advertir um orador quando este se desviar da matéria em discussão ou utilizar expressões desrespeitosas ou menos próprias;
 - b) Retirar a palavra ao orador que utilize termos injuriosos ou ofensivos da dignidade de pessoas ou de instituições;
 - c) Ordenar o abandono da reunião a qualquer participante que não acate a sua autoridade ou cujos excessos comportamentais justifiquem tal ação.

ARTIGO 30º

(Vice-presidente – competências e funções)

Ao Vice-presidente da Mesa da Assembleia-geral compete:

1. Coadjuvar o Presidente da Mesa nas reuniões da assembleia-geral.
2. Anotar a inscrição dos oradores.
3. Assegurar, quando necessário, a substituição do Presidente da Mesa.

ARTIGO 31º

(Secretário – competências e funções)

Ao Secretário da Mesa da Assembleia-geral, para além do disposto no artigo 57º dos Estatutos, compete:

1. Organizar as listas de presença;
2. Redigir as atas da assembleia-geral;
3. Cuidar de todo o expediente da assembleia-geral, mantendo-o devidamente arquivado.

CAPÍTULO VII DIRECÇÃO

ARTIGO 32º

(Presidente)

1. O Presidente é o órgão unipessoal que representa a Associação, assegura o seu regular funcionamento e promove a colaboração entre os seus órgãos, tendo as competências que lhe são cometidas pela lei e pelos Estatutos.
2. O Presidente da APP é, por inerência, o Presidente da Direcção.
3. O Presidente é substituído na sua falta, ausência ou impedimento pelo Presidente-adjunto e este por sua vez, na sua falta, ausência ou impedimento pelo primeiro dos Vice-presidentes eleitos.

ARTIGO 33º

(Direcção)

1. A Direcção é o órgão colegial responsável pela gestão e exercício da acção disciplinar da APP.
2. O disposto nos artigos 65º a 68º dos Estatutos constitui a base do enquadramento normativo da Direcção da APP, designadamente quanto à sua composição, atribuições e competências, bem como quanto às suas normas de funcionamento.
3. A Direcção da APP é constituída por nove membros:
 - a) Presidente;
 - b) Presidente-adjunto;
 - c) 7 (sete) Vice-presidentes, de entre os quais 1 (um) para o hóquei em patins, 1 (um) para a patinagem artística, 1 (um) para a patinagem de velocidade, 1 (um) para os serviços financeiros e contabilidade e 1 (um) para os serviços administrativos.

ARTIGO 34º

(Presidente – competências e funções)

Para além das atribuições e competências específicas definidas nos Estatutos e na Lei e do disposto no artigo 32º deste Regulamento, compete ao Presidente da Direcção da APP o exercício das seguintes funções:

1. Convocar e dirigir as reuniões da Direcção.
2. Nomear ou exonerar os elementos que integram:
 - a) Os comités técnico-desportivos de cada disciplina da patinagem, sob proposta dos Diretores responsáveis;
 - b) As comissões técnicas da arbitragem, sob proposta do Presidente do Conselho de Arbitragem.
3. Propor à Direcção a contratação, designação ou exoneração de:
 - a) Diretor Técnico da Associação e, sob proposta deste, dos colaboradores que integram a estrutura funcional da Direcção Técnica da Associação;
 - b) Seleccionadores distritais e demais elementos das equipas técnicas, sob proposta do Diretor Técnico da Associação.
4. Assegurar a elaboração e apresentação pelo Vice-presidente responsável pela área financeira e contabilidade, nos termos e formulários que este indicar, dos seguintes documentos:

a) Até 31 de Março de cada ano - o relatório de atividades da Direção e os documentos de prestação de contas (Balanço, demonstração de resultados e demais documentação exigida pelo POC;

b) Até 31 de Agosto de cada ano – o plano de atividades a desenvolver pela Direção no ano seguinte e o orçamento.

5. Delegar nos membros da Direção, quando o entenda necessário, o exercício de missões e funções específicas, designadamente quanto ao acompanhamento da atividade desportiva das diferentes seleções da APP.

ARTIGO 35º

(Presidente-adjunto – competências e funções)

Ao Presidente-adjunto compete as seguintes funções:

1. Assegurar o exercício das competências e desempenho de funções que lhe forem delegados pelo Presidente.
2. Coadjuvar o Presidente na gestão corrente dos negócios associativos e desempenhar as missões e funções específicas para que seja mandatado ou incumbido pelo Presidente.
3. Planear e propor à Direção os programas, as iniciativas e ações de comunicação, *marketing* e publicidade integrantes dos eventos e competições, controlando a sua execução.
4. Assegurar a revisão regular dos Estatutos e demais Regulamentos da APP, apresentando à Direção, quando tal se justificar, as propostas de alteração para a sua atualização.
5. Assegurar, na sua falta, ausência ou impedimento, a substituição do Presidente.
6. Propor e assegurar a execução de ações de formação de técnicos das disciplinas da patinagem.

ARTIGO 36º

(Direção - composição)

A Direção é composta por 7 (sete) Vice-presidentes que exercem as funções indicadas pelo Presidente, no início de cada mandato, sem prejuízo do indicado nos artigos seguintes.

ARTIGO 37º

(Serviços financeiros e contabilidade)

1. Deve haver, entre os Vice-presidentes, um responsável pelos **serviços financeiros e contabilidade**, ao qual compete, designadamente, as seguintes funções:

a) Coordenar funcionalmente os serviços financeiros e contabilidade e tesouraria, assegurando:

i) A adoção de políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adequados ao correto apuramento dos resultados da atividade desenvolvida;

ii) O controlo permanente sobre a regularidade dos livros, dos registos contabilísticos e dos documentos que lhe servem de suporte, verificando e garantindo a exatidão dos documentos de prestação de contas;

iii) Assegurar o arrecadamento das receitas, verificando mensalmente a extensão do Caixa e as existências de qualquer espécie de bens e valores pertencentes à APP;

iv) Efetuar o controlo e apuramento de todos os custos, despesas e outras obrigações, designadamente para com o Estado, assegurando os pagamentos ou regularizações correspondentes;

v) Controlar regularmente a execução orçamental dos órgãos sociais, serviços administrativos e estruturas de apoio técnico da APP, verificando a adequada prestação de contas por parte dos seus membros, funcionários e colaboradores.

b) Assegurar e controlar a regularidade da situação fiscal da APP e das suas relações com o Estado, promovendo nos prazos estabelecidos:

i) A entrega das declarações periódicas e demais documentação que seja exigida, se a tal houver lugar, assegurando os esclarecimentos ou reclamações que se revelem necessários;

ii) O pagamento dos impostos, a entrega de retenções efetuadas, das quotizações à segurança social, sempre que exigível, e de quaisquer outras obrigações existentes.

c) Promover, mensalmente, em reunião de Direção, a análise e avaliação da situação financeira e de tesouraria, elaborando e submetendo para apreciação:

i) O balancete sintético relativo à posição financeira e económica.

ii) O orçamento previsional da tesouraria, evidenciando as necessidades de fundo de maneo e as ações propostas relativamente a:

a) Plano de arrecadação de receitas e de cobrança de valores em dívida;

b) Plano de pagamentos a efetuar (Estado, membros ordinários, fornecedores, funcionários, colaboradores e outros credores).

c) Assegurar contactos regulares com o Conselho Fiscal, disponibilizando todos os esclarecimentos e documentação que este solicitar e promovendo as alterações que se revelem necessárias para garantir a exatidão dos documentos de prestação de contas e a correta avaliação do património e dos resultados obtidos.

d) Assegurar e coordenar a elaboração anual do relatório de gestão e das contas de gerência, submetendo à Direção, até 15 de Fevereiro de cada ano, para aprovação e posterior envio ao Conselho Fiscal, para que este proceda à emissão do competente parecer.

e) Assegurar e coordenar a elaboração anual do plano de atividades e orçamento correspondente, submetendo à Direção, até 31 de Agosto de cada ano, para aprovação e posterior envio ao Conselho Fiscal, para emissão do competente parecer.

ARTIGO 38º

(Serviços administrativos)

1. Deve haver, de entre os Vice-presidentes, um responsável **pelos serviços administrativos**, ao qual compete, designadamente, as seguintes funções:

a) Coordenar, em estreita colaboração com o diretor executivo, os serviços de secretaria, assegurando:

i) A conveniente organização e implementação de tarefas para garantir a resolução do expediente e das solicitações apresentadas, adotando medidas as iniciativas e procedimentos que julgue convenientes para o regular e bom funcionamento dos serviços administrativos da APP;

ii) A atualização, manutenção, bom funcionamento e segurança de todos os equipamentos utilizados nos serviços, designadamente os que se relacionam com as comunicações e com o tratamento informático;

iii) A gestão eficiente do expediente relativo à filiação e inscrição de membros, de clubes e seus representantes, organizando e mantendo atualizados os ficheiros correspondentes;

iv) A gestão eficiente do economato, controlando a utilização criteriosa dos acessórios e materiais de escritório utilizados nos serviços;

v) A elaboração, tratamento, publicação e envio dos comunicados oficiais da APP, bem como de cartas, *faxes* e demais comunicações que se revelem necessárias.

b) Planear e propor à Direção, em estreita colaboração com o diretor executivo, a admissão, formação, promoção, sancionamento e ou despedimento de pessoal integrado nos serviços administrativos da APP, incluindo o respetivo regime de contratação e condições remuneratórias.

c) Assegurar, em estreita colaboração com o diretor executivo, a gestão eficiente dos recursos e sistema informático da APP, em colaboração com técnicos ou empresas da especialidade a contratar pela Direção sob sua proposta, organizando e controlando a adoção das rotinas e procedimentos adequados ao seu funcionamento.

d) Garantir, em estreita colaboração com o diretor financeiro e com o diretor executivo, a compilação dos elementos necessários à elaboração de:

i) Plano de atividades e orçamento;

ii) Relatório de gestão, balanço, demonstração de resultados e demais documentos de prestação de contas.

e) Assegurar e manter atualizado, em estreita colaboração com o diretor das instalações e equipamento desportivo, o inventário de todos os bens patrimoniais da APP, incluindo os troféus, placas, medalhas, etc.

f) Elaborar a ata das reuniões da Direção.

ARTIGO 39º

(Instalações e equipamento desportivo)

1. Deve haver, de entre os Vice-presidentes, um responsável pelas **instalações e equipamento desportivo**, ao qual compete, designadamente, as seguintes funções:

2. Assegurar a higiene, segurança, conservação e manutenção das instalações usadas pela APP, garantindo as condições necessárias ao seu normal funcionamento e, quando tal se revelar necessário, propondo ao IDP Regional a sua reparação.

3. Coordenar e controlar a aquisição e correta utilização do material desportivo, equipamentos oficiais e vestuário de passeio que são usados, tanto nas provas e competições como nos treinos e estágios, pelas seleções da APP, bem como o material de apoio e equipamentos oficiais usados pelos elementos de Conselho de Arbitragem, árbitros, juizes e calculadores, mantendo devidamente atualizado o respetivo inventário.

4. Assegurar a gestão da Sala de Troféus, garantindo a sua manutenção e segurança, depositando e catalogando as existências e mantendo devidamente atualizado o respetivo inventário.

ARTIGO 40º

(Disciplinas da patinagem)

1. Deve haver, de entre os Vice-presidentes, um responsável por cada uma das **disciplinas da patinagem** aos quais compete, designadamente, as seguintes funções:

a) Assegurar, para cada época desportiva, a realização dos planos, calendários, e sorteios relativos a todas as provas e competições distritais da respetiva disciplina.

b) Cumprir e fazer cumprir o regulamento específico da disciplina, orientando, controlando e acompanhando a atividade desportiva desenvolvida e assegurando, em estreita colaboração com a Direção Técnica Distrital, as ações e iniciativas visando o progresso técnico da disciplina, bem como a promoção e fomento da sua prática.

c) Propor ao Presidente da APP, consideradas as disposições dos artigos 60º a 62º, inclusive, deste regulamento, consoante os casos, a nomeação, exclusão, e substituição dos membros do Comité Técnico da respetiva disciplina.

d) Convocar e presidir às reuniões do Comité Técnico da respetiva disciplina.

e) Assegurar, atento o disposto no artigo 67º, i) dos Estatutos, a coordenação da atividade do Comité Técnico da correspondente disciplina, orientando e controlando o seu funcionamento e intervindo no desenvolvimento do plano de calendarização das provas e competições a realizar em cada época desportiva.

ARTIGO 41º

(Serviços desportivos)

1. Deve haver, de entre os Vice-presidentes, um responsável pelos **serviços desportivos** ao qual compete, designadamente, as seguintes funções:

a) Coordenar todas as ações desportivas.

b) Assistir, quando o entenda necessário, às reuniões dos Comités Técnicos.

c) Superintender, em estreita colaboração com o Presidente-adjunto nas ações de formação levadas a cabo pela APP.

d) Zelar pelo cumprimento do plano de atividades, assegurando a observância dos prazos estabelecidos nos calendários.

e) Propor aos responsáveis por cada uma das disciplinas praticadas, no início de cada época, as sugestões tidas como pertinentes para o desenvolvimento da respetiva disciplina.

CAPÍTULO VIII CONSELHO DE ARBITRAGEM

ARTIGO 42º

(Definição, composição e cargos)

1. O Conselho de Arbitragem é um órgão colegial dotado de autonomia técnica e funcional para dirigir e administrar a atividade da arbitragem e sob a direcção do Conselho Nacional estabelecer os parâmetros de formação dos árbitros e demais elementos conectados com a arbitragem, proceder à sua classificação técnica, a nível local, sendo também responsável pela representação, organização e regulamentação da arbitragem no área de jurisdição da APP, abrangendo e enquadrando a atividade desenvolvida por:

- a) Árbitros, juízes, calculadores e cronometristas integrados nos quadros distritais da patinagem, nomeadamente:
 - i) Os árbitros de hóquei em patins e hóquei em linha;
 - ii) Os juízes e calculadores de patinagem artística;
 - iii) Os juízes e cronometristas de patinagem de velocidade
 - b) Delegados técnicos de âmbito local, se os houver, responsáveis pelo desempenho dos árbitros nas provas organizadas pela APP.
 - c) Membros titulares do Conselho de Arbitragem e dos Comitês Técnicos de Arbitragem de cada disciplina.
2. O disposto nos artigos 73º a 76º dos Estatutos constitui a base do enquadramento normativo do Conselho de Arbitragem da APP, designadamente quanto à sua composição, atribuições e competências, bem como quanto às suas normas de funcionamento.
3. O Conselho de Arbitragem é constituído pelos seguintes 9 (nove) membros:
- a) Presidente;
 - b) Presidente-adjunto;
 - c) 1º Vice-presidente;
 - d) 2º Vice-presidente;
 - e) Diretor para o hóquei em patins e hóquei em linha;
 - f) 2 (dois) Diretores para a patinagem artística;
 - g) 2 (dois) Diretores para a patinagem de velocidade, (se e quando iniciar a atividade);

ARTIGO 43º

(Presidente – competências e funções)

Ao Presidente do Conselho de Arbitragem compete o exercício das seguintes funções:

- 1. Convocar e dirigir as reuniões do Conselho de arbitragem.
- 2. Delegar em qualquer um dos membros do Conselho, quando o entenda necessário, o exercício de missões e ou de funções específicas.
- 3. Propor ao Presidente da APP a nomeação ou exoneração dos elementos que integram a Comissão Técnica de Arbitragem de cada disciplina.
- 4. Assegura a emissão de pareceres que lhe sejam solicitados pelos órgãos sociais da APP, sobre assuntos da competência do Conselho de Arbitragem.
- 5. Assegurar a elaboração e apresentação à Direção da APP, nos termos e formulários que esta indicar, dos seguintes documentos:
 - a) Até 31 (trinta e um) de Janeiro de cada ano o relatório da atividade do Conselho do ano anterior;
 - b) Até 15 (quinze) de Julho de cada ano, o orçamento e plano de atividades a desenvolver pelo Conselho, no ano seguinte.
- 6. Apresentar à Direção da APP, sempre que o julgue necessário e conveniente, propostas devidamente fundamentadas relativamente à alteração das taxas de compensação e subsídios a atribuir aos agentes da arbitragem.
- 7. Assegurar o envio à Direção, para publicação em comunicado oficial, das informações respeitantes às deliberações do Conselho e outras matérias relevantes, designadamente:
 - a) A composição dos quadros de arbitragem do Conselho;
 - b) A ação disciplinar exercida sobre os agentes da arbitragem;
 - c) A classificação anual obtida pelos agentes da arbitragem do quadro do Conselho, em função da avaliação produzida sobre o seu desempenho.

8. Representar o Conselho junto dos organismos nacionais e acompanhar a atividade nacional dos árbitros e juizes, propondo, junto do Conselho Nacional, a promoção dos seus árbitros estagiários e regionais.

ARTIGO 44º

(Presidente-adjunto – competências e funções)

Ao Presidente-adjunto do Conselho de Arbitragem compete o exercício das seguintes funções:

1. Assegurar o exercício das competências e desempenho das funções que lhe forem delegadas pelo Presidente do Conselho.
2. Coadjuvar o Presidente do Conselho na gestão corrente, bem como desempenhar as missões e funções específicas para que seja mandatado.
3. Planear e propor ao Conselho as ações e iniciativas relativas à formação de novos agentes da arbitragem, bem como coordenar, em estreita colaboração com os Diretores das respetivas disciplinas, ações de reciclagem visando o progresso técnico da função arbitral
4. Assegurar, nas suas ausências ou impedimentos, a substituição do Presidente do Conselho.

ARTIGO 45º

(Vice-presidentes – competências e funções)

Aos Vice-presidentes do Conselho de Arbitragem, 1 (um) para o hóquei em patins e hóquei em linha e 1 (um) para a patinagem artística e patinagem de velocidade, compete o exercício das seguintes funções:

1. Tendo por base as notas de despesas que forem apresentadas, tanto pelos membros do Conselho de Arbitragem como da Comissão Técnica de cada disciplina, proceder ao controlo e apuramento mensal dos respetivos montantes, elaborando o correspondente mapa discriminativo e assegurando o seu envio, bem como os respetivos documentos de suporte, para o diretor financeiro e da contabilidade da APP.
2. Assegurar o pagamento que for devido, depois de conferido e aceite pelo responsável financeiro e da contabilidade da APP os mapas discriminativos de despesas, aos respetivos credores.
3. Coadjuvar o Presidente e ou o Presidente-adjunto do Conselho, desempenhando as missões e funções específicas para que sejam mandatados ou incumbidos.

ARTIGO 46º

(Diretores – competências e funções)

Aos diretores da arbitragem das disciplinas da patinagem compete o exercício das seguintes funções:

1. Cumprir e fazer cumprir o regulamento da arbitragem, orientando e acompanhando a atividade desenvolvida pelos agentes da arbitragem e assegurando, em estreita colaboração com a Direção Técnica da APP e o Presidente-adjunto, as ações e iniciativas de formação e reciclagem, visando dotar os referidos agentes dos conhecimentos imprescindíveis ao bom desempenho das suas funções.
2. Propor ao Presidente do Conselho, atento o disposto nos artigos 63º a 66º, inclusive, deste Regulamento, consoante os casos, a nomeação, exclusão e ou

substituição dos membros da Comissão Técnica da Arbitragem da respetiva disciplina.

3. Assegurar a coordenação da atividade das Comissões Técnicas da Arbitragem da respetiva disciplina, orientando e controlando o seu funcionamento e intervindo na nomeação, avaliação, e classificação dos agentes da arbitragem, a realizar em cada época desportiva.

4. Convocar e dirigir as reuniões da Comissão Técnica da Arbitragem da respetiva disciplina, assegurando:

a) A nomeação dos agentes da arbitragem que vão atuar nos jogos ou provas da disciplina;

b) A análise dos boletins dos jogos ou provas disputadas, bem como os correspondentes relatórios arbitrais, providenciando, no caso de ser reportada qualquer infração, a sua resolução, participação e ou encaminhamento para os órgãos sociais competentes;

c) A emissão de pareceres de ordem técnica, junto da Direção ou do Conselho Técnico, designadamente no que respeita a protestos e ou recursos formulados, relativamente a qualquer jogo ou prova.

CAPÍTULO IX DA ESTRUTURA DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 47º

(Definição e enquadramento funcional)

1. O Conselho Fiscal é o órgão social que assegura a fiscalização dos atos de administração financeira da APP, bem como do cumprimento dos Estatutos e Regulamentos e das disposições legais aplicáveis.

2. O disposto nos artigos 69º a 72º dos Estatutos constitui a base do enquadramento normativo do Conselho Fiscal da APP, designadamente quanto às suas atribuições e competências, bem como quanto aos seus direitos, deveres e enquadramento funcional.

3. O Conselho Fiscal é constituído pelos seguintes 3 (três) membros:

a) Presidente;

b) Vice-presidente;

c) Secretário.

4. Ao Conselho Fiscal, para além do disposto no artigo 71º dos Estatutos, compete-lhe em especial:

a) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;

b) Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão do Caixa e as existências de qualquer espécie de bens e valores pertencentes à APP;

c) Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas, verificando se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;

d) Receber as comunicações de irregularidades apresentadas pelos membros ordinários e colaboradores da APP ou outros;

e) Comunicar imediatamente ao Presidente da Direção, por carta registada, os factos de que tenha conhecimento e que considere revelarem graves dificuldades na prossecução do objeto da APP, designadamente reiteradas

faltas de pagamento aos credores, protestos de títulos de crédito, emissão de cheques sem provisão, falta de pagamento de quotizações para a segurança social ou de impostos devidos pelo Estado;

f) Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer específico e fundamentado sobre:

i) O relatório, contas e propostas correspondentes, apresentadas pela Direção;

ii) O plano de atividades e orçamento correspondente, apresentados pela Direção;

iii) A aquisição e alienação de imóveis.

g) Cumprir as demais atribuições constantes da Lei ou dos Estatutos e demais Regulamentos da APP;

h) Assegurar a elaboração e apresentação à Direção, nos termos e formulários que esta indicar, dos seguintes documentos:

i) Até 31 de Janeiro de cada ano o relatório da atividade do Conselho Fiscal, do ano anterior;

ii) Até 31 de Agosto de cada ano, o orçamento e plano de atividades a desenvolver pelo Conselho Fiscal, no ano seguinte.

CAPÍTULO X

DA ESTRUTURA FUNCIONAL DO CONSELHO DE JUSTIÇA

ARTIGO 48º

(Definição, composição e cargos exercidos)

1. O Conselho de Justiça é o órgão colegial que está dotado de autonomia técnica e funcional, sendo responsável, conjuntamente com a Direção, pelo exercício da justiça e da ação disciplinar.

2. O disposto nos artigos 78º a 79º dos Estatutos constitui a base do enquadramento normativo do Conselho de Justiça, designadamente quanto à sua composição, atribuições e competências, bem como quanto às suas normas de funcionamento.

3. O Conselho de Justiça é composto pelos seguintes 3 (três) membros:

a) Presidente, obrigatoriamente licenciado em direito;

b) Vice-presidente, preferencialmente licenciado em direito;

c) Secretário.

ARTIGO 49º

(Presidente – competências e funções)

Ao Presidente do Conselho de Justiça compete o exercício das seguintes funções:

1. Convocar e dirigir as reuniões do Conselho de Justiça.

2. Delegar nos membros do Conselho de Justiça, quando o entenda necessário, o exercício de missões e ou de funções específicas.

3. Enviar ao Presidente da APP propostas fundamentadas de alteração dos Estatutos e demais Regulamentos, visando o seu aperfeiçoamento.

4. A solicitação da Direção, emitir parecer, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sobre a alteração dos Estatutos e a integração de lacunas, bem como sobre a interpretação a dar a qualquer norma dos Estatutos ou demais Regulamentos em vigor.

5. Assegurar a elaboração e apresentação à Direção, nos termos e formulários que esta indicar, dos seguintes documentos:

- a) Até 31 de Janeiro de cada ano, o relatório da atividade do Conselho de Justiça, do ano anterior;
- b) Até 31 de Agosto de cada ano, o orçamento e plano de atividades a desenvolver pelo Conselho de Justiça, no ano seguinte.

ARTIGO 50º

(Vice-presidente - competências e funções)

Ao Vice-presidente do Conselho de Justiça compete o exercício das seguintes funções:

1. Coadjuvar o Presidente, desempenhando as missões e funções específicas para que seja mandatado ou incumbido.
2. Efetuar, nos termos do Regulamento de Justiça e Disciplina da APP, a instrução e proposta de deliberação dos recursos aos acórdãos da Direção e ou do Conselho Técnico.
3. Assegurar, quando necessário, a substituição do Presidente do Conselho de Justiça.

ARTIGO 51º

(Secretário – competências e funções)

Ao Secretário do Conselho de Justiça compete o exercício das seguintes funções:

1. Assegurar e encaminhamento e tratamento do expediente, bem como o apoio administrativo à atividade do Presidente e do Vice-presidente do Conselho de Justiça.
2. Assegurar o envio à Direção da APP, para publicação em comunicado oficial, das informações respeitantes às deliberações e acórdãos do Conselho de Justiça.
3. Organizar e manter atualizado o arquivo de processos disciplinares, correspondência, acórdãos, e demais documentos relativos à atividade do Conselho de Justiça.
4. Desempenhar as funções de que for incumbido pelo Presidente ou pelo Vice-presidente do Conselho de Justiça.

CAPÍTULO XI

DA ESTRUTURA FUNCIONAL DO CONSELHO TÉCNICO

ARTIGO 52º

(Definição, composição e cargos exercidos)

1. Conselho Técnico é o órgão colegial que está dotado de autonomia técnica e funcional, sendo responsável, pela vistoria dos recintos desportivos indicados pelos membros ordinários, bem como pela resolução dos protestos de ordem técnica que lhe forem apresentados.
2. O disposto nos artigos 80º a 82º dos Estatutos constitui a base do enquadramento normativo do Conselho Técnico, designadamente quanto à sua composição, atribuições e competências, bem como quanto às suas normas de funcionamento.
3. O Conselho Técnico é composto pelos seguintes 3 (três) membros:
 - a) Presidente;

- b) Vice-presidente;
- c) Secretário.

ARTIGO 53º

(Presidente – competências e funções)

Ao Presidente do Conselho Técnico compete o exercício das seguintes funções:

1. Convocar e dirigir as reuniões do Conselho Técnico.
2. Delegar nos membros do Conselho Técnico, quando o entenda necessário, o exercício de missões e ou de funções específicas.
3. Enviar à Direção propostas fundamentadas de implementação de novas provas.
4. Assegurar a elaboração e apresentação à Direção, nos termos e formulários que esta indicar, dos seguintes documentos:
 - a) Até 31 de Janeiro de cada ano, o relatório da atividade do Conselho Técnico, do ano anterior;
 - b) Até 31 de Agosto de cada ano, o orçamento e plano de atividades a desenvolver pelo Conselho Técnico, no ano seguinte.

ARTIGO 54º

(Vice-presidente - competências e funções)

Ao Vice-presidente do Conselho Técnico compete o exercício das seguintes funções:

1. Coadjuvar o Presidente, desempenhando as missões e funções específicas para que seja mandatado ou incumbido.
2. Elaborar a lista dos recintos a vistoriar e definir, com o Presidente, o calendário de deslocações.
3. Assegurar, quando necessário, a substituição do Presidente do Conselho de Justiça.

ARTIGO 55º

(Secretário – competências e funções)

Ao Secretário do Conselho Técnico compete o exercício das seguintes funções:

1. Assegurar o encaminhamento e tratamento do expediente, bem como o apoio administrativo à atividade do Presidente e do Vice-presidente do Conselho Técnico.
2. Assegurar o envio à Direção da APP, para publicação em comunicado oficial, do resultado das vistorias efetuadas, bem como as informações respeitantes às deliberações e acórdãos do Conselho Técnico.
3. Organizar e manter atualizado o arquivo das vistorias efetuadas e das resoluções dos protestos apresentados, correspondência e demais documentos relativos à atividade do Conselho Técnico.
4. Desempenhar as funções de que for incumbido pelo Presidente ou pelo Vice-presidente do Conselho Técnico.

CAPÍTULO XII

DO ENQUADRAMENTO FUNCIONAL DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

ARTIGO 56º

(Definição e enquadramento)

1. O disposto no artigo 83º dos Estatutos constitui a base do enquadramento normativo e funcional dos serviços administrativos, nos quais estão integrados:

a) O Diretor responsável pelos serviços administrativos que assegura a execução e encaminhamento das deliberações da Assembleia-geral e dos demais órgãos sociais da APP;

b) O secretariado de suporte ao Presidente e à Direção, o qual, sob a coordenação funcional do Diretor responsável pelos serviços administrativos, assegura o apoio administrativo que se revelar necessário à atividade dos órgãos sociais e dos Comitês, bem como das Comissões ou grupos de trabalho nomeados pela Direção;

c) Os serviços de contabilidade e tesouraria, os quais, sob a coordenação funcional do diretor responsável pelos serviços financeiros e contabilidade, conforme estabelecido no artigo 37º deste Regulamento, asseguram o arrecadamento de receitas, a regularização de custos e despesas, verificando a regularidade dos documentos que lhes servem de suporte e efetuando os correspondentes e adequados registos contabilísticos.

d) Os serviços gerais de secretaria, os quais sob a coordenação funcional do Diretor responsável pelos serviços administrativos, conforme estabelecido no artigo 38º deste Regulamento, asseguram o tratamento ou encaminhamento do todo o expediente da APP, designadamente o respeitante à filiação de membros ordinários, à inscrição dos membros em provas da APP, bem como o controlo de transferências de atletas.

CAPÍTULO XIII

DO ENQUADRAMENTO FUNCIONAL DA DIRECÇÃO TÉCNICA DA APP

ARTIGO 57º

(Definição e enquadramento)

1. O disposto no artigo 84º, b) dos Estatutos constitui a base do enquadramento normativo e funcional da Direção Técnica da APP, na qual estão integrados:

a) O Diretor Técnico da APP, o qual sob a coordenação funcional do Diretor Técnico Nacional e do Presidente-adjunto da APP, é responsável por:

i) Coordenação e apoio técnico das iniciativas de formação desenvolvidas pela FPP, Associação e Clubes;

ii) Apoio técnico às seleções distritais.

b) O Secretário Técnico da APP, o qual a coordenação do Diretor Técnico da APP, é responsável pelo apoio técnico e administrativo da Direção Técnica da APP, nas suas várias vertentes.

c) As equipas técnicas de cada uma das seleções da APP, as quais, sob a coordenação funcional do Diretor Técnico, integram:

- i) O Seleccionador / Treinador;
- ii) O Treinador adjunto / Preparador físico;
- iii) O Médico;
- iv) O Mecânico / Ecónomo;

2. Atento o disposto no artigo 84º dos Estatutos, as funções do Diretor Técnico da APP são exercidas em *part-time*, em regime de voluntariado.

3. As funções dos Seleccionadores da APP são, também, exercidas em *part-time*, em regime de voluntariado.

ARTIGO 58º

(Diretor Técnico – competências e funções)

1. Assegurar, em coordenação com a Direção Técnica Nacional, a definição dos planos e programas de formação e desenvolvimento de cada uma das disciplinas da patinagem, com explicitação das iniciativas e atividades específicas a realizar, designadamente no que respeita a:

- a) Ações de fomento e desenvolvimento técnico dos atletas;
- b) Ações de prospeção e deteção de talentos;
- c) Cursos, seminários, palestras destinadas a treinadores, árbitros, juizes, calculadores, cronometristas e outros agentes desportivos.

2. Estabelecer, anualmente, os objetivos e planos de ação dos diferentes elementos que integram a Direção Técnica da APP, com explicitação de:

- a) Programas de preparação das seleções da APP;
- b) Programas das atividades formativas a desenvolver.

3. Elaborar, submetendo à Direção para aprovação e em sintonia com os Vice-presidentes para as disciplinas da patinagem, propostas fundamentadas, visando:

- a) A designação, admissão ou exclusão dos elementos que integram a estrutura funcional da Direção Técnica, explicitando qual o regime, voluntariado e ou requisição, que deve enquadrar a sua colaboração;
- b) A nomeação ou exclusão dos seleccionadores da APP;
- c) A composição específica das equipas técnica que devem ficar agregadas às seleções.

4. Apoiar as atividades de formação e fomento que sejam desenvolvidas pela APP e pelos Clubes filiados.

5. Assegurar a elaboração e apresentação à Direção da APP, nos termos e formulários que esta indicar, dos seguintes documentos:

- a) Até 31 de Janeiro de cada ano, o relatório de atividades, no ano anterior;
- b) Até 31 de Agosto de cada ano, o orçamento e plano de atividades a desenvolver, no ano seguinte.

6. Enviar ao Presidente da APP, sempre que o entender necessário, propostas fundamentadas de alteração aos Estatutos e Regulamentos, visando o seu aperfeiçoamento.

CAPÍTULO XIV

DA DEFINIÇÃO DOS COMITÉS TÉCNICOS DESPORTIVOS

ARTIGO 59º

(Enquadramento)

1. O disposto no artigo 84º, c) dos Estatutos constitui a base do enquadramento normativo e funcional dos Comitês Técnico-desportivos das disciplinas da patinagem, designadamente:

a) O Comité Técnico-desportivo do hóquei em patins e hóquei em linha competindo-lhe, nomeadamente:

i) Sob a coordenação do respetivo Vice-presidente, a organização, controlo e acompanhamento da atividade desportiva destas disciplinas, cumprindo e fazendo cumprir os competentes Regulamentos, promovendo e fomentando a sua prática e o seu progresso;

ii) Colaborar com a Direção Técnica da APP, sempre que a isso seja instado.

b) O Comité Técnico-desportivo da patinagem artística e patinagem de velocidade competindo-lhe, nomeadamente:

i) Sob a coordenação do respetivo Vice-presidente, a organização, controlo e acompanhamento da atividade desportiva destas disciplinas, cumprindo e fazendo cumprir os competentes Regulamentos, promovendo a sua prática e o seu progresso;

ii) Colaborar com a Direção Técnica da APP, sempre que a isso seja instado.

2. Atento o disposto no artigo 84º, nº 3 dos Estatutos, os membros que integram os Comitês Técnico-desportivos exercem as suas funções em *part-time*, em regime de voluntariado.

ARTIGO 60º

(Comité Técnico-desportivo de hóquei em patins e hóquei em linha – Composição, atribuições e competências)

1. O Comité Técnico-desportivo de hóquei em patins é constituído pelos seguintes 5 (cinco) membros:

a) Vice-presidente do hóquei em patins e do hóquei em linha, que preside ao Comité;

b) Coordenador das competições de seniores masculinos;

c) Coordenador das competições de jovens masculinos;

d) Coordenador das competições de seniores femininos;

e) Coordenador das competições de jovens femininos.

2. O Comité Técnico-desportivo destas disciplinas reúne semanalmente ou sempre que para tal seja convocado pelo respetivo Vice-presidente.

3. O Comité Técnico-desportivo do hóquei em patins e hóquei em linha tem como atribuições principais a organização de todas as competições e atividades desportivas destas disciplinas, competindo-lhe nomeadamente:

a) Em cada época desportiva efetuar o planeamento, calendarização e sorteios das competições da APP, nas diferentes categorias e escalões etários, tendo em consideração:

i) A preparação e competição das seleções da Associação;

ii) A participação de Clubes em provas nacionais.

b) Assegurar a análise dos boletins de jogo e dos respectivos relatórios arbitrais, providenciando, no caso de ser reportada qualquer infração e sendo caso disso, a sua participação e encaminhamento para a Direção.

c) Assegurar a elaboração e apresentação à Direção da APP, nos termos e formulários que esta indicar, dos seguintes documentos:

- i) Até 31 de Janeiro de cada ano, o relatório de atividade, no ano anterior;
- ii) Até 31 de Agosto de cada ano, o orçamento e plano de atividades a desenvolver, no ano seguinte.

4. Enviar à Direção da APP, sempre que o entender necessário, propostas fundamentadas de alteração ao Regulamento da Atividade Desportiva, visando o seu aperfeiçoamento.

ARTIGO 61º

(Comité Técnico-desportivo da patinagem artística – Composição, atribuições e competências)

1. O Comité Técnico-desportivo da patinagem artística é constituído pelos seguintes 3 (três) membros e é presidido pelo Vice-presidente da patinagem artística:

- a) Vice-presidente para a patinagem artística, que preside;
- b) Coordenador da patinagem livre e figuras obrigatórias;
- c) Coordenador da dança.

2. O Comité Técnico-desportivo desta disciplina reúne sempre que para tal seja convocado pelo Vice-presidente da patinagem artística.

3. O Comité Técnico-desportivo da patinagem artística tem como atribuições principais a organização de todas as competições e atividades desportivas desta disciplina, competindo-lhe designadamente:

a) Em cada época desportiva efetuar o planeamento e calendarização das provas da patinagem artística nas diferentes categorias e escalões etários, tendo em atenção, para o efeito, as competições das seleções da APP;

b) Aplicar as normas técnicas reguladoras do cálculo da patinagem artística e assegurar a regulamentação das respetivas provas e competições elaborando, atualizando e divulgando a documentação técnica correspondente;

c) Assegurar a análise dos relatórios dos juízes-árbitros sobre as provas disputadas providenciando, no caso de ser reportada qualquer infração e sendo caso disso, a sua participação e encaminhamento para a Direção;

d) Dirigir à Direção da APP parecer específico sobre a participação de atletas da patinagem artística em competições nacionais, quando ao serviço da seleção da APP;

e) Assegurar a elaboração e apresentação à Direção da APP, nos termos e formulários que esta indicar, dos seguintes documentos:

- i) Até 31 de Janeiro de cada ano, o relatório da atividade, do ano anterior;
- ii) Até 31 de Agosto de cada ano, o orçamento e plano de atividades a desenvolver, no ano seguinte.

f) Enviar à Direção da APP, sempre que o entender necessário, propostas fundamentadas de alteração ao Regulamento da Atividade Desportiva, visando o seu aperfeiçoamento.

ARTIGO 62º

(Reservado para a Patinagem de velocidade – Se e quando iniciar a atividade)

CAPÍTULO XV DA DEFINIÇÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS DE ARBITRAGEM E AJUIZAMENTO

ARTIGO 63º

(Enquadramento)

1. O disposto no artigo 84º, d) dos Estatutos constitui a base do enquadramento normativo e funcional das Comissões Técnicas de Arbitragem e Ajuizamento, designadamente:

a) Comissão Técnica de arbitragem do hóquei em patins e do hóquei em linha, a qual, sob a coordenação do Vice-presidente do Conselho de Arbitragem destas disciplinas, é responsável pelas nomeações e pelo acompanhamento da atividade dos árbitros, cumprindo e fazendo cumprir, na parte que lhes é aplicável, o Regulamento da Arbitragem;

b) A Comissão Técnica de ajuizamento da patinagem artística, a qual, sob a coordenação do Vice-presidente do Conselho de Arbitragem desta disciplina, é responsável pelas nomeações e pelo acompanhamento da atividade dos juízes e calculadores, cumprindo e fazendo cumprir, na parte que lhes é aplicável, o Regulamento da Arbitragem;

c) A Comissão Técnica de ajuizamento da patinagem de velocidade – (a desenvolver se e quando iniciar a atividade)

2. Atento o disposto no artigo 84º, ponto 3 dos Estatutos, os membros que integram as Comissões Técnicas de arbitragem exercem as suas funções em *part-time* e em regime de voluntariado.

ARTIGO 64º

(Comissão Técnica de arbitragem de hóquei em patins e hóquei em linha – Composição, atribuições e competências)

1. A Comissão Técnica de arbitragem de hóquei em patins e do hóquei em linha é constituída pelos seguintes 3 (três) membros:

a) Vice-presidente do Conselho de Arbitragem destas disciplinas, que preside à Comissão;

b) Coordenador dos árbitros de hóquei em patins;

c) Coordenador do hóquei em linha.

2. A Comissão Técnica de arbitragem reúne sempre que para tal seja convocada pelo seu Presidente.

3. A Comissão Técnica de arbitragem tem como atribuição principal a nomeação dos árbitros, competindo-lhe designadamente:

a) Assegurar a análise dos boletins de jogo e relatórios dos árbitros providenciando, no caso de ser reportada qualquer infração arbitral, a sua participação e encaminhamento para o Conselho Distrital de Arbitragem;

b) Colaborar com o Conselho Distrital de Arbitragem na atividade dos árbitros, designadamente no que respeita a:

- i) Normas relativas à sua admissão, promoção, despromoção, transferência, licenciamento e exclusão;
 - ii) Recrutamento, formação e reciclagem, bem com o seu enquadramento nos diferentes quadros e categorias da arbitragem na área de jurisdição da APP;
 - iii) Critérios relativos à formação de duplas e ou a instituição do 3º árbitro, ouvida a Direção da APP.
- c) Cumprir e fazer com que os árbitros cumpram todas as normas regulamentares em vigor.
 - d) Organizar e manter atualizado o ficheiro curricular de todos os árbitros e delegados técnicos (se e quando os houver) e dos respetivos dirigentes.
 - e) Assegurar a elaboração e apresentação ao Presidente do Conselho Distrital de Arbitragem, nos termos e formulários que este indicar, dos seguintes documentos:
 - i) Até 31 de Janeiro de cada ano, o relatório da atividade, no ano anterior;
 - ii) Até 31 de Agosto de cada ano, o orçamento e plano de atividades a desenvolver, no ano seguinte.

ARTIGO 65º

(Comissão Técnica de ajuizamento da patinagem artística – Composição, atribuições e competências)

1. A Comissão Técnica de ajuizamento da patinagem artística é constituída pelos seguintes 3 (três) elementos:
 - a) Vice-presidente do Conselho Distrital de Arbitragem desta disciplinas, que preside à Comissão;
 - b) Coordenador dos juízes;
 - c) Coordenador dos calculadores.
2. A Comissão Técnica de ajuizamento reúne quinzenalmente e sempre que para tal seja convocada pelo seu Presidente.
3. A Comissão Técnica de Ajuizamento tem como atribuições principais a nomeação dos juízes e calculadores para as provas desta disciplina, competindo-lhe designadamente:
 - a) Assegurar a análise dos relatórios dos juízes-árbitros sobre as provas disputadas providenciando, no caso de ser reportada qualquer infração arbitral, a sua participação e encaminhamento para o Conselho Distrital de Arbitragem;
 - b) Colaborar com o Conselho Distrital de Arbitragem na atividade dos juízes e calculadores, designadamente no que respeita a:
 - i) Normas relativas à sua admissão, promoção, despromoção, transferência, licenciamento e exclusão;
 - ii) Recrutamento, formação e reciclagem, bem com o seu enquadramento nos diferentes quadros e categorias do ajuizamento e cálculo na área de jurisdição da APP;
 - c) Cumprir e fazer com que os juízes e calculadores cumpram todas as normas regulamentares em vigor.
 - d) Organizar e manter atualizado o ficheiro curricular de todos os juízes e calculadores e dos respetivos dirigentes.
 - e) Assegurar a elaboração e apresentação ao Presidente do Conselho Distrital de Arbitragem, nos termos e formulários que este indicar, dos seguintes documentos:
 - i) Até 31 de Janeiro de cada ano, o relatório da atividade, no ano anterior;

ii) Até 31 de Agosto de cada ano, o orçamento e plano de atividades a desenvolver, no ano seguinte.

ARTIGO 66º

(Reservado para a Patinagem de velocidade – Se e quando iniciar a atividade)

PARTE III ESTRUTURA ASSOCIATIVA

CAPÍTULO XVI DOS MEMBROS DA APP

ARTIGO 67º

(Enquadramento normativo)

1. O disposto nos artigos 21º a 29º dos Estatutos constitui a base do enquadramento normativo dos membros da APP, designadamente quanto ao seu direito de inscrição e filiação, à definição das categorias membros, à aquisição e perda da qualidade de membro, os seus deveres e direitos.
2. O disposto nos artigos 19º e 20º dos Estatutos constitui a base do enquadramento normativo dos membros de mérito e dos membros honorários, designadamente quanto aos requisitos da sua nomeação e direitos que lhes assistem.

ARTIGO 68º

(Obrigações e procedimentos vinculativos)

1. Para além do disposto nos Estatutos, os membros ordinários da APP têm de assegurar, nos prazos definidos, o cumprimento das obrigações e procedimentos vinculativos estabelecidos neste artigo.
2. O incumprimento das obrigações e procedimentos vinculativos adiante estabelecidos implica, atento o disposto nos artigos 69º e 70º deste regulamento, o pagamento de multas bem como, sendo caso disso, a aplicação de outro tipo de sanções.
3. Os membros ordinários da APP têm de efetuar o pagamento da respetiva quota de anual de filiação, nos seguintes prazos:
 - a) Hóquei em patins, até 30 de Junho de cada ano;
 - b) Patinagem artística, até 30 de Novembro de cada ano;
4. Quota anual de filiação dos membros ordinários
 - a) O valor da quota anual de filiação dos membros ordinários é de 20% (vinte por cento) do salário mínimo nacional, por cada disciplina praticada;
 - b) O incumprimento da obrigação estabelecida no número anterior determina para o Clube infrator o pagamento de uma multa correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor da sua quota anual de filiação, ocasionando a interdição da sua participação em quaisquer provas e competições da patinagem;
 - c) O incumprimento da obrigação estabelecida no número anterior determina para o Clube infrator a anulação da sua inscrição;
 - d) A primeira filiação de um Clube está isenta do pagamento da quota de filiação.
5. Procedimentos de filiação.

a) Nas datas estabelecidas nas alíneas a) e b) deste artigo, os Clubes que pretendam proceder à renovação da sua filiação anual têm de entregar nos serviços administrativos da APP:

- i) Boletim de filiação, modelo oficial, devidamente preenchido;
- ii) Ofício em papel timbrado do Clube no qual declaram expressamente a intenção de proceder à sua filiação para a época em causa, bem como a menção de anexarem o boletim de filiação.

ARTIGO 69º

(Incumprimento de obrigações ou de procedimentos vinculativos)

1. Os membros ordinários da APP têm o dever de prestar ampla colaboração à Associação, em particular quanto ao cumprimento das obrigações, dos procedimentos e dos prazos que estão estabelecidos no artigo 68º deste Regulamento.
2. Assim, o incumprimento de qualquer das referidas disposições determina, para o membro infrator, o pagamento de uma multa correspondente a 100% (cem por cento) do salário mínimo nacional por cada incumprimento, das obrigações e procedimentos estabelecidos nos pontos 3. e 5. do artigo 68º deste Regulamento.

ARTIGO 70º

(Suspensão de direitos)

1. Se qualquer membro ordinário da APP persistir, num prazo superior a trinta dias, em situação de incumprimento relativamente à obrigação definida no ponto 2. do artigo anterior, fica sujeito às seguintes multas e sanções adicionais:
 - a) Pagamento de uma multa adicional correspondente a 100% (cem por cento) do salário mínimo nacional;
 - b) Suspensão de todos os seus direitos como membro, até à data da efetiva e total regularização do incumprimento referido no ponto 1) deste artigo;
 - c) Eventual sanção disciplinar, a qual é objeto de procedimento e deliberação específica da Direção.
2. A multa referida na alínea a) deste artigo é objeto de informação em comunicado oficial da APP, sendo obrigatório que o membro infrator proceda ao respetivo pagamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da emissão do referido comunicado.

CAPÍTULO XVII DOS CLUBES

ARTIGO 71º

(Enquadramento normativo)

O disposto nos artigos 30º e 31º dos Estatutos constitui a base do enquadramento normativo dos Clubes e Sociedades Desportivas.

ARTIGO 72º

(Sujeição ao poder disciplinar)

1. Os Clubes, bem como os elementos que constituem as respectivas equipas e todos os seus representantes oficialmente inscritos, estão sujeitos à acção

disciplinar e à aplicação de sanções, quer por parte da Federação, quer por parte da APP, quando:

a) Incorram no incumprimento das obrigações que lhes são cometidas nos Estatutos e demais Regulamentos da APP;

b) Tenham concorrido, por si próprios ou com a sua vontade ou consentimento, para o cometimento de qualquer infração no decorrer de jogos, provas e competições da patinagem;

c) Organizem ou participem em festivais, provas ou jogos de carácter particular (*provas não calendarizadas pela Associação*) sem prévia autorização da APP e ficam sujeitas aos Regulamentos em vigor e às regras oficiais das provas:

i) Os pedidos para a **organização** destes festivais, provas ou jogos são efectuados com, pelo menos, 15 (quinze) dias de antecedência;

ii) Os pedidos para a **participação** nestes festivais, provas ou jogos são efectuados com, pelo menos, 8 (oito) dias de antecedência;

iii) No caso destes festivais, provas ou jogos envolverem participantes estrangeiros os pedidos devem ser dirigidos à FPP, com conhecimento à APP;

iv) Os pedidos são recusados se a data da sua realização se sobrepujar as provas oficiais em curso.

2. Em decorrência do disposto no ponto anterior, e tendo em conta a responsabilidade específica dos diferentes infratores, a ação disciplinar a exercer pode abranger:

a) Sanções desportivas, para penalização dos infratores ou incumprimento das obrigações dos Clubes ou das suas equipas e representantes;

b) Sanções disciplinares, para penalização dos atletas e demais agentes desportivos dos Clubes, que sejam direta e pessoalmente responsáveis pelas infrações cometidas;

c) Multas e outras sanções, para penalização do incumprimento das obrigações dos Clubes e ainda para penalização das infrações cometidas pelas suas equipas ou representantes.

3. Em caso de dolo ou de reincidência em infrações consideradas como muito graves, pode ainda ser determinada, mediante processo disciplinar específico a cargo da Direção, a desqualificação automática dos Clubes infratores.

4. A averiguação e a punição das infrações cometidas pelos Clubes ou pelas suas equipas e representantes é da responsabilidade da Direção.

a) A punição das infrações que sejam consideradas graves ou muito graves requer a instauração de processo disciplinar específico.

ARTIGO 73º

(Filiação e quota anual de filiação)

1. Qualquer Clube só pode filiar-se na APP desde que, conjuntamente com o pedido de filiação, sejam cumpridas as seguintes condições e formalidades regulamentares;

a) Apresentação dos documentos que comprovem devidamente a legalidade da sua constituição, incluindo:

i) Os Estatutos e Regulamentos que regem o Clube;

ii) A indicação da sede social;

iii) A identificação completa dos membros que integram os seus órgãos sociais.

b) Apresentação de desenhos ou fotografias, em qualquer dos casos a cores, relativas a:

i) Modelo do emblema ou insígnia do Clube;
ii) Cores dos equipamentos, principal e alternativo, utilizados pelas suas equipas representativas.

c) Indicação da localização do recinto desportivo que por si é utilizado nas provas e competições da patinagem e que satisfaça as condições regulamentares.

2. Os Clubes podem, se assim o entenderem, solicitar que a sua filiação seja efetuada com a sua denominação própria, seguida da designação comercial ou marca do seu principal patrocinador.

3. Os clubes têm de efetuar o pagamento da quota anual de filiação, por cada uma das disciplinas que praticam, no valor e no prazo a estabelecer, em comunicado oficial, no início de cada época desportiva.

4. O incumprimento do prazo estabelecido no número anterior determina, para o clube infrator, o pagamento de uma multa correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor da sua quota anual de filiação.

5. O incumprimento da obrigação estabelecida no número anterior determina para o clube infrator a anulação da sua filiação, determinando a interdição da sua participação em quaisquer provas e competições da patinagem.

PARTE IV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 74º

(Casos omissos neste e demais regulamentos da APP)

Todos os casos omissos, neste ou em qualquer dos demais Regulamentos adotados pela Associação, são analisados e objeto de deliberação por parte da Direção.

ARTIGO 75º

(Disposições transitórias e entrada em vigor)

1. O presente Regulamento entra em vigor imediatamente após a aprovação dos Estatutos aprovados à luz do Dec-lei 248-B, de Dezembro de 2008

2. Com a sua entrada em vigor este Regulamento Geral da APP revoga integralmente todas as normas e disposições regulamentares da APP que com ele estejam em oposição e contradição.